



## O ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E AS DIFICULDADES DE ESCRITA

Maria Aparecida Moura <sup>1</sup>  
Jânio Alexandre de Araújo <sup>2</sup>  
Alexandre Aparecido da Silva Souza <sup>3</sup>

### RESUMO

A temática do presente trabalho se volta para as esferas da sociedade e academia que discutem a ressocialização do adolescente em medida socioeducativa, principalmente dentro das determinações das normativas da educação e da socioeducação, deixando evidentes as dificuldades de escrita e importância dela para inserção dos indivíduos na comunidade escolar. O objetivo geral do trabalho é apresentar como as dificuldades na escrita podem dificultar a inserção social do menor em conflito com a lei. A metodologia pleiteada nesse trabalho é a revisão bibliográfica, qualitativa e investigação exploratória se baseando nos principais autores e documentos que regem a educação e a escrita, bem como os de foco na condição do adolescente em conflito com a lei. O ensino tradicional não mais tem atrativo para os alunos da contemporaneidade em razão dos discentes terem muito acesso as tecnologias avançadas, e esse avanço da tecnologia trouxe muitas coisas positivas e negativas em praticamente todas as áreas da vida, inclusive, na escola. Ou melhor, a escola já não é mais atrativa para os discentes de hoje.

**Palavras-chave:** Escrita. Educação. Socioeducativo

### INTRODUÇÃO

Muitas são os entraves apresentados pelos adolescentes em medida socioeducativa, que vão desde o rompimento com o tecido social alavancado pelas desigualdades sociais, passando pelo não reconhecimento da sua identidade e sua escolarização para o enfrentamento dos desafios profissionais. Uma dessas dificuldades é a deficiência na escrita, que de modo ferrenho impossibilita esse sujeito de progredir quanto cidadão.

Devemos ter em mente que a maioria dos jovens que cumprem medidas socioeducativas nunca tiveram oportunidade de frequentar uma escola, muito menos de aprimorar seus conhecimentos sobre a escrita, alias a forma de expressão desses adolescentes são marginalizadas e não compreendida, por outro lado vemos a produção escrita focadas em símbolos que remetem a criminalidade, o que só atrasa sua progressão educacional.

A temática do presente trabalho se volta para as esferas da sociedade e academia que discutem a ressocialização do adolescente em medida socioeducativa, principalmente dentro

<sup>1</sup> Graduanda em Letras - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Graduada em Pedagogia - Universidade Vale do Acaraú - UVA, cida2016.shalon@gmail.com;

<sup>2</sup> Graduado em pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - (UFRN), janioaraujori@gmail.com;

<sup>3</sup> Professor orientador: Especialista em Gestão do Trabalho Pedagógico (UNIFAVENI), alexandresouza7@outlook.com.



das determinações das normativas da educação e da socioeducação, deixando evidentes as dificuldades de escrita e importância dela para inserção dos indivíduos na comunidade escolar.

Um dos problemas disso é a limitação do entendimento geral sobre as linhas que estruturam o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Outra hipótese é a não observância da escrita dos adolescentes em medida socioeducativa, motivado pelo fato do quase anonimato desse público nas ações de inclusão educacional.

Dessa forma, leitura e a escrita são linguagens fundamentais para vivermos na sociedade. Aqueles que não sabem praticar essas referidas linguagens são bastante dependentes de outras pessoas. E no mundo pós-moderno em que vivemos, é fundamental ler e escrever, pois para adquirir-se um emprego por mais simples que seja é preciso ser alfabetizado e possuir cursos, nem que dependendo do emprego, seja um curso dos mais básicos. Dessa maneira, é fundamental unidade socioeducativa valorizar de forma especial a leitura e escrita, até porque delas depende a aprendizagem de todas as disciplinas e conteúdos. Muitas vezes os adolescentes em cumprimento de medida não possuem o hábito de ler e escrever em casa, então a escola tem a responsabilidade de ofertar essas práticas de forma prazerosa e de qualidade.

O objetivo geral do trabalho é apresentar como as dificuldades na escrita podem dificultar a inserção social do menor em conflito com a lei.

A metodologia pleiteada nesse trabalho é a revisão bibliográfica, qualitativa e investigação exploratória se baseando nos principais autores e documentos que regem a educação e a escrita, bem como os de foco na condição do adolescente em conflito com a lei.

## **METODOLOGIA**

A metodologia aplicada no presente estudo se ancorou nos estudos bibliográfico e documental, sendo que em primeiro momento foi revisitadas obras que focam de fato a temática do trabalho, assim como a relação documental. a pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto (GIL, 1994). De forma, especifica o desenho da metodológico para apurar as análises dividimos em três etapas conceituais: a



primeira voltou-se para a leitura e reconhecimento do material bibliográfico, na qual realizamos um apanhado de discussões e parâmetros de consistência para a problemática. A segunda etapa é caracterizada pela eleição da delimitação e investigação exploratória das dificuldades de leitura dos socioeducandos e por fim a terceira etapa que foi a sistematização do trabalho realizando a união dos parâmetros e leituras no sentido de concatenar as soluções.

## REFERENCIAL TEÓRICO

O ser humano sempre teve a necessidade de comunicação. Antes mesmo de a escrita ser inventada, já havia outros meios de comunicarem-se, como os desenhos rupestres, por exemplo. No entanto, a escrita em si veio para melhorar e facilitar bastante a forma de comunicação, embora uma forma de comunicar-se relevante e que faz parte de nosso convívio e nossas práticas tenha sido bem utilizada em épocas remotas, anterior a invenção da escrita, a qual muito bem valorizada em regiões africanas, chamada de oralidade, que também ainda é praticada, e que por sinal é eficiente não se compara a prática da escrita.

A escrita vem se aprimorando no seu percurso histórico, além das modificações estéticas apresentadas na escrita é importante saber dessa diferença para aprimorar o processo de aquisição. As mensagens, histórias, culturas, que perpassam de geração em geração fazendo com que os costumes, culturas antigas sejam resgatadas é de fato a cultura oral e escrita que nos proporciona. É através dessas duas linguagens que temos conhecimentos de vivências dos povos do passado, de como eram suas vestimentas, seus alimentos, sua linguagem e religião, dentre outros.

Através da leitura de escritos do passado e de ouvir pessoas mais idosas tomamos conhecimentos, ou lembramos-nos de fatos antigos e acabamos ficando com saudades de como era a vida bem distinta dos dias atuais. Até nas escolas se pratica o resgate de cantigas, histórias, brincadeiras etc. Pode-se até conceber que a prática da escrita e oralidade é uma herança existente na vida do ser humano e que em relação à oralidade é uma herança de memória. Bentes nos traz a concepção que: “[...] deve-se não apenas dar oportunidade aos adolescentes em medida socioeducativa de observarem e de analisarem determinadas práticas orais, como também deve fornecer os contextos, as motivações e as finalidades para o exercício de diferentes oralidades, na sala de aula e fora dela” (2010, p.137).

Embora ainda existam muitos docentes dentro das unidades socioeducativas que não valorizam nem põem em prática de forma assídua e correta a escrita e oralidade, vale ressaltar



que são ferramentas fundamentais em sala de aula para a formação do indivíduo ativo participante da sociedade. Tanto a escrita quanto a oralidade promovem em sala de aula formando sujeitos letrados, críticos, capazes de expor opiniões com segurança. Dentro da escola, essa prática merece serem valorizadas, em um currículo capaz de abranger metodologias, conteúdos, atividades e competências que os discentes necessitam para formação intelectual e de cidadania.

Por esta razão (MILANEZ 1993, p.15) faz uma observação em relação ao que foi acima mencionado: “Os registros orais na descrição do idioma são desconsiderados na escola, também como instrumento de comunicação, uma vez que o aluno é avaliado exclusivamente pelo que escreve não pelo que fala, como se a escrita fosse o único veículo de comunicação entre os homens”. Como a linguagem do adolescente em conflito com a lei se aproxima muitas das vezes das intervenções de grupos envolvidos com o crime, a discriminação parece ser ainda mais forte, assim como os equívocos e distorções da escrita.

Na verdade, tanto a fala quanto a escrita precisam ser trabalhadas com mais frequência e de forma que chame a atenção dos alunos e incentive o interesse em praticá-las. Toda linguagem é importante, desde que haja comunicação entre os indivíduos e seja útil na vida social.

Embora seja fato que a escrita não é o único veículo de comunicação, como relatado anteriormente por Milanez (1993), porém nessa época pós-moderna a escrita se sobressai no sentido de que na vida profissional e estudantil é muito cobrada, até para adquirir um emprego. Nessa perspectiva é pertinente que se destaque que uma reportagem do jornal da Record TV abordava que a Língua Portuguesa se tornava um desafio na busca por uma oportunidade de emprego. A entrevista dava ênfase a uma pesquisa com mais de nove mil universitários que eram desclassificados na hora de expressar sua forma escrita. Ainda de acordo com a pesquisa, havia candidatos universitários que sequer conseguiram escrever corretamente uma das 30 palavras do teste.

No entanto, nas nações modernas onde a escrita tem precedência sobre a oralidade onde o livro constitui o principal veículo da herança cultural existia uma concepção errônea de que os povos que não possuíam escritas eram sem cultura. Esse julgamento não procede, pois, todos os povos independentemente de seu capital econômico, de sua raça, de seu capital cultural todos são munidos de cultura, pois possuem suas crenças, habilidades, costumes e histórico familiar. Apesar de mencionar que na escola deve se trabalhar todas as formas de linguagens enfatiza que a cultura escrita veio para ampliar a cultura oral, mesmo sabendo que



dependendo do copista a escrita também pode ser alterada, isso tem levado alguns estudiosos a questionarem certos livros, como as Santas Escrituras. Qualquer documento pode ser alterado, independentemente de qual linguagem ele foi elaborado.

Faraco (2008, p.10) nos traz uma informação relevante:

O domínio da escrita é tão importante que, durante séculos, só se permitia que uma pequeníssima parcela da sociedade aprendesse a ler e a escrever. Escrever era uma questão de segurança social, política ou religiosa: somente pessoas de determinadas classes ou castas tinham esse direito, exercido sempre sob o estrito controle. Não só era qualquer um que escrevia como os que escreviam não podiam escrever qualquer coisa (FARACO, 2008, p. 10).

Diversos conhecimentos adquiridos sobre civilizações passadas que obtemos hoje foi devido ao estudo dos cientistas, através dos fósseis e também de registros escritos. Até a revolução industrial cartas e bilhetes faziam parte da comunicação escrita, logo o telefone foi inventado e, a partir daí várias outras invenções foram surgindo já no século XX, facilitando ainda mais a comunicação. Atualmente, apesar da distância entre as pessoas, a tecnologia tem proporcionado contatos em tempo real. Entretanto, a utilização da escrita através do alfabeto é o principal meio pelo qual todas as tecnologias se desenvolveram, expandiram e ainda hoje, continuam no processo de evolução, cada vez mais acelerado.

A vida pós-moderna com toda sua dinamicidade faz com que desenvolvam tecnologias capazes de potencializar facilidades em todos os âmbitos da vida, inclusive no tempo. Apesar de tudo o tema leitura e escrita continua sendo essencial para que usufruamos de toda essa tecnologia, embora seja perceptível que a tecnologia tenha mudado a forma de escrever de seus espectadores, com a diversidade de palavras abreviadas. Soares (2005, p.58) afirma que:

As sociedades modernas, porém, são fundamentalmente grafocêntricas; nelas, a escrita está profundamente incorporada a vida política, econômica, cultural, social, e é não só enormemente valorizada, mas mais que isso, é mitificada (é frequente, por exemplo, a suposição de que na escrita é que está o discurso da verdade, que só a escrita é o repositório do saber legítimo) (SOARES, 2005, p. 58).

A escrita possui um papel fundamental na sociedade contemporânea e, por conseguinte o indivíduo que a utiliza obedecendo as suas regras, conversões ortográficas e semânticas com qualidade serão de igual modo, valorizado em diversos aspectos da sociedade, seja ela pessoal ou profissional. Imaginem que um sujeito em cumprimento de medida que segundo o SINASE tem até três anos para cumpri-la e nesse tempo não tem a devida preparação para o mundo. Como ele será ressocializado?

Observa-se que o cidadão comum dependendo do mundo profissional a que pertença escreve pouco, vale ressaltar que não se pode generalizar, embora se saiba que há



profissionais que se dedicam ao máximo à prática escrita. Hoje tudo está muito automatizado e as relações humanas por intermédio da escrita podem ser reduzidas ao mínimo: o telefone móvel resolve a maior parte dos problemas do cotidiano. Alguns conseguem mesmo reduzir sua atividade escrita à assinatura de cheques e documentos. Por outro lado, paradoxalmente, o complexo mundo contemporâneo está cada vez mais exigente em relação à escrita.

Precisamos de documentos escritos para existir, ser, atuar e possuir: certidões, certificados, diplomas, atestados, declarações, contratos, escrituras, cédulas, comprovantes, registros, recibos, relatórios, comunicados inundam a nossa vida cotidiana. Tudo o que somos, temos, realizamos ou desejamos realizar deve estar legitimado pela palavra escrita. Garcez (2004). Então o adolescente ao sair da unidade socioeducativa só se depara com preconceitos e documentos jurídicos, mesmo tendo em lei suas garantias de promoção social.

Os discentes precisam fazer uso desse conhecimento, contudo, é relevante que o docente utilize em sala de aula os múltiplos usos da escrita de modo como ela é utilizada na sociedade para que o ato de escrever seja útil para o alunado e tenha significado. Para escrever se faz necessário obter sentido e intenção, é evidente que através deste ato, nos comunicamos com as pessoas. Essa prática é realizada de muitas formas.

O sucesso na escrita depende de como saibamos utilizá-la de acordo a quem nos dirigimos à escolha do quê escrever, como escrever, e isso se aprende diariamente, de maneira informal. Diversos usos da escrita são adquiridos intrinsecamente com nossos amigos, pais, em casa, na rua, no comércio, na igreja. Todavia, existem tipos de textos que são cultos e a escola que possui a incumbência de transmiti-los.

Faz-se necessário um estudo minucioso sobre o tema abordado, pois a escrita faz parte de nossa vida. Existe algo escrito em toda a parte, mesmo que seja na linguagem verbal ou não-verbal sempre alguém escreveu alguma coisa para alguém ou para si mesmo. E em se tratado de adolescentes apreendidos essa representação é ainda mais significativa, pois são sujeitos que possuem várias interações sociais que comprometem ou não seu desenvolvimento educacional.

Muito se tem discutido sobre as dificuldades e insucesso na produção escrita, todavia, nada se tem feito para pelo menos mitigar tais dificuldades. Não é de hoje que muitos profissionais da área de educação e especificamente em relação à escrita e leitura vem estudando sobre o que foi acima citado, mesmo assim, a situação continua. Alunos despreparados no momento de escrever textos de diversos gêneros discursivos e muitos chegam até a universidade sem saber escrevê-los.



Para os discentes, as atividades de escrita têm que ter objetivo, significado não só uma forma de agradar o professor ou cumprir tarefas, ou simplesmente para ser aprovado para a série seguinte. Ora, não existe ensino se não houver aprendizagem. Cabe à escola propiciar condições que garantam aos educandos as ações necessárias para a aquisição de procedimentos de conhecimentos sistematizados, considerando a sua formação como ser humano, nas suas dimensões cognitiva, afetiva e valorativa capaz de se tornar sujeito de sua história.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a leitura de outros textos e outros autores, vamos criando novas idéias, adquirindo um conhecimento de mundo que nos dá respaldo para escrever sobre qualquer assunto. O ato de ler é uma atividade extremamente relevante na vida de um cidadão que convive na sociedade letrada. Nesse âmbito, a leitura tem um grande valor para executar diversas atividades. A leitura é tão fundamental que para conduzir-se simplesmente em um meio de transporte é preciso fazer uso da leitura, o mesmo acontece com as receitas culinárias, rótulos, bulas e etc., ou seja, simplesmente para exercer seus direitos de cidadania.

É através da leitura que entramos em contato com a diversidade de conhecimentos, inclusive de saber sobre outros países e suas culturas sem nem se quer viajar, como vivia as comunidades em tempos remotos, interpretar o presente e vislumbrar o futuro. Observa-se que muitas pessoas têm dificuldade de expressar-se oralmente por não gostar de ler, pois é através dela que enriquecemos e ampliamos nosso vocabulário e discurso. É verdadeiramente uma ferramenta essencial para conviver e adquirir conhecimentos na sociedade, onde nos apropriamos de crescimento na ciência, sabedoria e cultura na sociedade no geral.

Segundo Soares (2005, p.218): “A sociedade contemporânea está marcada por mudanças rápidas e profundas, seja pelas novas circunstâncias que impõe, seja pelos instrumentos que tornam disponíveis, transformando a vida e as instituições”, e, portanto, a escola. Então, de acordo com essas mudanças, a escola deve se encaixar nos desafios proporcionados pelos discentes atuais, que são bem diferentes dos discentes do passado.

O que tem se observado é que a escola apresenta um discurso avançado, mas que na prática existem muitas limitações. Existe o desafio de se ter conhecimento de quais conteúdos escolares são necessários para dar conta de um momento de mudança tão acelerado na produção do conhecimento e da informação, como também de enfrentar as contestações dos



alunos, da violência explícita à evasão, do espaço escolar que já não faz sentido para o menor em conflito com a lei como ambiente de aprendizagem, e os mesmos não dão importância aos trabalhos escolares.

Uma das formas dos alunos se apropriarem da leitura e escrita seria de fundamental importância existir uma variada e boa interação com as mesmas, dessa maneira favorecerá a construção de seu conhecimento. O discente precisa colocar em prática aquilo que aprendeu de sua maneira, como escrever suas garatujas, por exemplo, e ao longo de suas práticas e vivências cada vez mais adquirir aprendizados e assim tomar posse do sistema convencional. Segundo Bezerril, (2014, p.39) nos diz que: “Essa apropriação do conceito da leitura e da escrita obriga o aluno a formular hipóteses e a enfrentar contradições e diferenças entre sua construção pessoal e a escrita alfabética que encontra em seu ambiente escolar e comunitário.

As práticas na educação no Brasil tem como norte as leis de diretrizes, conforme o Art. 1º em Brasil (1996) A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Em se tratando do direito e do dever, o Art. 4º da LDB 9393/1996, reafirma que é dever do Estado com educação escolar pública, e será efetivado mediante a garantia da educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade, organizada da seguinte forma: pré-escola, ensino fundamental e ensino médio. O tom de obrigatoriedade e do direito, está em consonância com a Constituição Federal (CF) de 1988, nela todo cidadão brasileiro tem direito à educação.

O Artigo 6, inciso VII, menciona: “Garantia de padrão de qualidade.” Embora o documento registre esse direito é necessário que todos envolvidos na educação se esforcem bastante para que algo aconteça, caso contrário, nada vai mudar. Então, para que isso seja real requer que toda a comunidade escolar saia da zona de conforto, o mundo atual possui muitas fontes de informações e entretenimento e até educam de certa forma através da tecnologia.

Diante de tal situação, nos surgem alguns questionamentos que necessitam ser exposto, como agir em relação à escolha feita para atuar na docência? O que fazer para que a escola seja relevante e possa contribuir de forma significativa na busca diária pela cidadania? Exige-se muito esforço e dedicação por parte da comunidade escolar para que na sala de aula possa formar cidadãos críticos, acolher, desenvolver a participação dinâmica e atuante dos educandos e educadores, incluindo a prática da criticidade. De acordo com Vidor (2014, p.12):

Devido a esse complexo, contínuo e longo processo, que é a escrita e ao mesmo tempo tão necessário no contexto social, cabe às instituições escolares e às



administrações públicas investirem massivamente na construção do processo da escrita, tema discutido nessa dissertação. Processo que tenta produzir sujeitos hábeis, capazes para executá-la nos mais diversos momentos de suas vidas: no trabalho, na diversão, ao manifestar-se sobre um tema que tem conhecimento ou quem sabe para registrar seus saberes fazendo, assim, com que muitos outros possam interagir. Dessa forma, vale a pena investir e continuar pesquisando um tema tão relevante, que de tão necessário, nunca sairá de moda (VIDOR, 2014, p.12)

Em se tratando do direito e do dever, o Art. 4º da LDB 9393/1996, reafirma que é dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia da educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade, organizada da seguinte forma: pré-escola, ensino fundamental e ensino médio. O tom de obrigatoriedade e do direito, está em consonância com a Constituição Federal (CF) de 1988 nela todo cidadão brasileiro tem direito à educação.

Segundo Brasil (1996) sobre a obrigatoriedade do ensino no Brasil, na Lei no 4.024/1961, estabeleceu-se quatro anos de escolaridade obrigatória, após o acordo de Punta Del Este e Santiago, de 1970, estendeu-se para seis anos o tempo do ensino obrigatório; a Lei no 5.692/1971 determinou a extensão da obrigatoriedade para oito anos; já a Lei nº9.394/ 1996 sinalizou para um ensino obrigatório de nove anos de duração. Percebendo como algo inovador.

O ensino tradicional não mais tem atrativo para os alunos da contemporaneidade em razão dos discentes terem muito acesso as tecnologias avançadas, e esse avanço da tecnologia trouxe muitas coisas positivas e negativas em praticamente todas as áreas da vida, inclusive, na escola. Ou melhor, a escola já não é mais atrativa para os discentes de hoje. Os literalmente nascidos na era digital. Muitas vezes os alunos têm mais acesso as tecnologias avançadas que os professores. Em alguns casos, mal sabe manejar a ferramenta, isso não é bom, nesse caso, cabe ao docente buscar aperfeiçoamento para tais práticas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A relevância da escrita para o jovem em cumprimento de medida socioeducativa estrutura uma concepção multidisciplinar entre sociedade e educação na qual todos deverão estar envolvidos não somente para as garantias de justiça, mas também educacionais. O que cria uma ponte para o diálogo entre todos os profissionais que lidam com isso, principalmente educadores e agentes de integração social.



O estudo da escrita precisa privilegiar também esse público alvo, pois são esses que permeiam um futuro para muitos incertos, ou seja, a demanda educacional necessariamente precisa ser mais apurada e melhor aproveitada. Assim as oportunidades para mercado de trabalho se ampliam afim de construir uma sociedade igualitária.

Outro ponto de destaque é o papel da escola dentro da unidade socioeducativa que na percepção do estudo precisa ser ampliada e diversificada, respeitando a identidade que ativa o conhecimento criativo e significativo dos socioeducandos. A Escrita é uma forma de emancipação dessa identidade e mostrar certos valores importantes para sua formação cidadã.

Os governos por meio de políticas públicas precisam também investir na escolarização de adolescente em conflito com lei, pois o que ocorre o silenciamento desses sujeitos por meio de ações punitivas e de relevância apenas com foco no seu ato infracional. Organizar formas de capacitação dos profissionais que lidam com esses adolescentes é essencial, pois são esses que vão revitalizar e transformar a realidade do alunado.

## REFERÊNCIAS

BENTES, Anna Christina. **Linguagem oral no espaço escolar**: discutindo o lugar das práticas e dos gêneros orais na escola. Cap. 6. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. (Coleção Explorando o Ensino; v. 19)

BEZERRIL, Gianka Salustiano. **Leitura e produção de textos I**/ Gianka Salustiano Bezerril, Janaína Moreno Matias, Julianny de Lima Dantas Simão, Maria da Penha Alves. – Natal, RN: EDUFRN, 2014

BRASIL. Assembléia Legislativa. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96. Brasília: MEC Centro Gráfico, 20 de dezembro de 1996

FARACO, Carlos Alberto. **Oficina de texto**/Carlos Alberto Faraco, Cristovão Tezza. 6.ed.- Petrópolis, RJ: Vozes,2008

GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. **Técnica de redação**: o que é preciso saber para bem escrever. 2º Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994

MILANEZ, V. **Pedagogia do oral**: condições e perspectivas para sua aplicação no português. Campinas, SP: Sama, 1993

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2005.



VIDOR, Joseida Luiza. **O governmento da expressão escrita de alunos da sétima série (8° ano) a partir da olimpíada de língua portuguesa: gênero memórias literárias.** Ijuí, 2014.